



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

GEORGE SOUZA BRITO

DE FRENTE COM O TRÁFICO
UMA CONVERSA COM RAVENGAR

Salvador
2007

GEORGE SOUZA BRITO

DE FRENTE COM O TRÁFICO
UMA CONVERSA COM RAVENGAR

Memória analítico descritiva do livro-reportagem “De frente com o tráfico – Uma Conversa com Ravengar”, apresentada como exigência legal para conclusão do curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. FERNANDO CONCEIÇÃO

Salvador
2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha namorada Érika Becker, que esteve presente como fiel e principal incentivadora, compartilhando e participando dos momentos de euforia e daqueles de frustração. Foi imprescindível seu apoio para o desfecho deste livro; aos meus pais, por prover minha formação psicológica e cultural e, sobretudo, por colocar os parâmetros morais que me permite desenvolver a prática jornalística com honestidade intelectual e respeito ao ser humano; aos meus irmãos pela paciência e compreensão, tão vitais para o desenvolvimento do trabalho; à família, ente crucial para o cultivo do afeto e solidariedade tão caros a qualquer ser humano; aos amigos Milnei Dias, Rafael Agra Moura, e Victor Garcia, por terem sido bons ouvintes, conselheiros e incentivadores importantes nos caminhos seguidos até o fim deste trabalho, e em especial a Nelson Neto, por prestar seus saberes jurídicos nas minhas consultas judiciais do tema, e a Marcelo Dantas, por ter me presenteado com o *laptop* no qual escrevi o livro, com mais conforto e eficácia; a todas as fontes que tornaram o presente trabalho realidade, sobretudo, a Raimundo Alves de Souza por topar conversar abertamente sobre sua história; ao orientador Fernando Conceição, pelo acompanhamento prestado e aos professores que nutro especial apreço, Antônio Marcos Brotas e Monclar Valverde, pelos exemplos voluntária e involuntariamente passados; por fim, agradeço à força vital inexplicável que dá graça e cor a tudo: o amor dos meus pais, irmãos, amigos, namorada e familiares, o amor da vida e à vida; É o que eu chamo de Deus. Obrigado.

RESUMO

O livro-reportagem *De Frente com o Tráfico – Uma Conversa com Ravengar* pretende trazer o contexto do tráfico de drogas na Bahia na sua relação com o Estado. Adotando a história de Raimundo Alves de Souza, o Ravengar, como fio condutor, traça uma narrativa com outras perspectivas sobre o desenrolar das interações do tráfico de drogas com agentes públicos, permitindo uma visão mais clara das dimensões do crime organizado e da criminalidade na Bahia. O relato jornalístico se sobressai, em harmonia com uma linguagem literária, como forma de fornecer ao leitor uma história viva e realista. Na linha narrativa que passeia pela história de Ravengar, dando algumas vezes a falsa impressão de se tratar de sua biografia, vai se revelando os personagens, fatos e contextos que dão a idéia das trocas sociais e políticas que permitem o entendimento da atuação do Estado, do tráfico de drogas e do crime organizado na Bahia, sobretudo em Salvador.

Palavras-chave: tráfico de drogas, Estado, corrupção, Ravengar, crime organizado

ABSTRACT

The report-book *De Frente com o Tráfico – Um Conversa com Ravengar* intend to bring the drug traffic in Bahia context and its relation with the state. Using the story of Raimundo Alves de Souza, known as Ravengar, as a core guide to a narrative with other perspectives about the drug traffic interrelations with public agents, allowing a more clear view of the organized crime dimensions and the Bahia criminality. The journalistic report up comes with harmony and literature language as it givens to the reader a live and realistic story. On the narrative line as it walks by the Ravengar story, giving sometimes a false impression of being a biography as starts to reveal some characters, facts and contexts relating about the social and political trades making it understandable how the drug traffic and organized crime actuates on the state, mainly in Salvador.

Key-Words: Drug traffic, State, corruption, Ravengar, organized crime.

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO	06
II	O CAMINHO E O LIVRO	10
III	O “ESTADO DO TRÁFICO”	19
IV	REFLEXÕES	28
V	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

I. INTRODUÇÃO

O centro temático do livro-reportagem *De Frente com o Tráfico – Uma Conversa com Ravengar* tem uma perspectiva dupla, construída a partir de dois fenômenos da sociedade contemporânea: tráfico de drogas e tráfico de influência. Seu ângulo de observação não tem interesse predominante nos aspectos socioculturais e socioeconômicos, mesmo assim eles estão significativamente presentes. Mas o eixo de direção que guiou as investigações do livro se pauta na relação entre Estado e o tráfico de drogas. E nela, justificou-se pensar em tráfico de influência.

É preciso reconhecer e esclarecer que inicialmente foi cometido um erro técnico-conceitual em relação a tráfico de influência, ao vê-lo como reflexo obrigatório de uma relação promíscua entre Estado e traficantes. O enredo que conduz o presente livro não apresenta concretamente personagens em ação que pudessem sustentar o uso do termo jurídico tráfico de influência, respaldado no artigo 332 do Código Penal brasileiro. O argumento que justifica a temática, no entanto, permanece inabalável, a partir de outros pressupostos da literatura legal do Estado nacional, que sejam: corrupções ativa e passiva, respectivamente encontrados nos artigos 333 e 317 do Código. Portanto, o objeto em destaque é a relação entre Estado e tráfico de drogas.

Na Bahia, o tráfico de drogas se perpetua como corruptor das instituições do Estado pelo menos desde a década de 70 do século passado. Ele invade as entranhas do aparato estatal, confluindo com seus protagonistas sob o viés preponderantemente econômico. O traficante corrompe para sustentar a lucratividade dos negócios e o agente se deixa corromper quase absolutamente por dinheiro. Não está em jogo a obtenção de

poder político, apesar dessa relação promíscua se realizar dentro de um ente eminentemente político: o próprio Estado.

As linhas de *De frente com o tráfico – Uma conversa com Ravengar* passeiam por esse contorno, voltando a um passado mais remoto, tomando fôlego num passado recente para por fim chegar aos dias atuais. O contexto tem um personagem central que serve como fio-condutor da temática: Raimundo Alves de Souza, o Ravengar. A lupa centrada nas histórias que permeiam sua vida como traficante não desnuda sua personalidade, não se trata de uma biografia, e sim de dimensionar o fenômeno socioeconômico do tráfico de drogas na Bahia, especialmente em Salvador. Grande parte do livro é voltada para sua história porque ela ganhou relativa projeção pelo prestígio social e político de Raimundo Alves como empresário e líder comunitário. É na sua história também que pela primeira vez na Bahia o crime organizado de tráfico de drogas toma significativa relevância.

Numa linha cronológica baseada em três recortes – antes, durante e depois de Ravengar -, o passado recente e o presente ganham papel de destaque. Neles, duas realidades se apresentam: organizações criminosas voltadas para o tráfico se formam dentro dos presídios e extrapolam suas fronteiras; e o tráfico de drogas se expande do centro de Salvador para a periferia, tornando-se difuso e capilar. O fenômeno em questão começa então a se transformar: dá os primeiros passos para deixar de ser só um “parasita” do Estado, dependendo da sua direta e indispensável convivência para se manter firme, e começa a colocar em xeque as regras do sistema, embora faça parte necessariamente da engrenagem do mesmo.

Era preciso contar como o tráfico de drogas na Bahia perdeu a “inocência”, saiu da fase da “camaradagem” com o Estado para iniciar o confronto com ele. Era preciso sistematizar a tradicional história da relação promíscua entre agentes públicos e traficantes e mostrar como ela ganhou um aspecto intrínseco ao seu percurso: a força do dinheiro não rege mais sozinha essa relação, a narrativa ora organizada ora avulsa da arma e da violência entrou de vez em cena como poder de barganha. Traficantes já ameaçam a polícia, não precisam obrigatoriamente mais comprá-la. Os policiais começam a sentir medo, à medida que o poderio bélico dos traficantes aumenta.

Mas era necessário contar também a história sem exageros. Salvador não é o Rio de Janeiro e nem São Paulo. A organização do crime de tráfico de drogas, em associação com outras práticas criminosas organizadas, ainda está em fase embrionária na Bahia. As histórias mais contundentes sobre organização entre diferentes criminosos dentro dos presídios datam de uma próxima década de 90. Só em 2007, surge a tentativa de se criar no Complexo Presidiário de Salvador a primeira facção aos moldes do que ocorreu, em contexto diverso, na Ilha Grande, no antigo Estado da Guanabara, na década de 70. Por outro lado, era importante mostrar sem ponderações como a violência que o tráfico de drogas traz com ele cresce assustadoramente nos tempos atuais na capital baiana.

Entre tantos assuntos, o leitor ainda poderá ter a sensação de estar à frente da história de Ravengar. Ele estará certamente e será bom que esteja, para que se entretenha por outros ângulos no caso já vastamente divulgado pela imprensa local e nacional, e, que, uma vez dentro desse enredo, consiga perceber a complexidade e extensão da interação entre tráfico de drogas e Estado na Bahia. E a expectativa de

causar no leitor tal efeito só poderia fazer-se satisfatória na guarida da linguagem jornalística investigativa sobre o suporte do livro-reportagem.

II. O CAMINHO E O LIVRO

O jornalismo investigativo me encanta desde que li pela primeira vez *Rota 66*, do jornalista Cacos Barcellos. Foi meu primeiro contato com um fazer jornalismo profundo que, de especial, despertou-me para a possibilidade de confluir critérios do exercício jornalístico, como objetividade, atualidade, interesse público, com um registro humano e sensível capaz de fazer entender a realidade desde as minúcias e detalhes até um contexto social em andamento dentro da história. Com ele, a fragmentação do real, disponível nos registros jornalísticos cotidianos, ganha sentido e substância num enredo mais elaborado. E tal propósito não poderia ser mais vivo do que nas páginas do livro-reportagem. Esta é a lição maior que aprendi em *Páginas Ampliadas – O Livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura* (LIMA; 2004).

A obra de Edvaldo Pereira Lima me proporcionou outros aprendizados que me trouxeram um conforto, porque à medida que apareciam também estabeleciam uma correspondência crucial e verdadeira no meu contato com os livros. Uma bibliografia me envolvia: *O Poderoso Chefão*, de Mário Puzo; *A Sangue Frio*, de Truman Capote; *Abusado* e *Rota 66*, de Cacos Barcellos; *A Ilha e Olga*, de Fernando Morais; *Morcegos Negros*, de Lucas Figueiredo; *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *A Irmandade do Crime*, de Carlos Amorim, entre outros. Todos me convidavam a entrar no rico universo que convergia, sob vários ângulos e perspectivas, as linguagens jornalística e literária. Entre tais livros, confesso que os romances policiais me atraíram mais e talvez tenha nascido deles a vontade de abordar num livro-reportagem o tema de tráfico de drogas.

Uma fase estava vencida. O produto escolhido era pertinente. Possui e carrega as características e potencialidades necessárias para poder interpretar um tema contemporâneo como o tráfico de drogas e ser capaz de captar os aspectos que o possibilitaram e que hoje o constituem para uma projeção do futuro. Com esta certeza, a questão que surgia era outra: até que ponto no presente livro-reportagem deveria a linguagem literária ser empregada e até onde a linguagem puramente jornalística deveria predominar? Um questionamento, a princípio infundado, já que o livro-reportagem tem como singularidade a convergência do uso de ambas as linguagens, assim como defende Pereira Lima. A importância de tal indagação é, no entanto, indispensável, a ter como referência que o realismo social, visto em escritores como Balzac, Tolstói, Dostoiévski, Ernest Hemingway, e outros, influenciou sobremaneira a linha jornalística conhecida como *new journalism*, ou jornalismo literário (Pereira LIMA; 2004).

Expoentes desta corrente, como Gay Talese, Tom Wolf, Norman Mailer, reconhecem a contribuição significativa do realismo social para o novo fazer jornalismo, que ganhou corpo na década de 60 do século XX. Neste ensejo, o que está em jogo é a construção cena a cena da história em questão e a possibilidade de reproduzir os aspectos subjetivos que permeiam certa realidade num plano objetivamente dado. Não é à toa que autores de livros-reportagem estiveram juntos aos seus personagens quando possível para reconstruir com maior realismo os lances narrativos, ou mesmo, quando a co-presença não foi alcançada, valeram-se de depoimentos detalhados de quem vivenciou *in loco* a história a ser narrada. De frente a este arcabouço teórico e experimental já desenvolvido em diversos livros,

percebi que não cabia ao presente trabalho adotar em sua plenitude o modelo do jornalismo literário.

Em grande parte, porque não foi possível chegar a muito dos protagonistas da história, primeiro em face do tempo hábil que dispunha para produzir o livro, segundo, devido a muitos deles não terem se colocado à minha disposição. Por outro lado, nunca se tratou de um livro biográfico, apesar da existência de um personagem central; e mesmo se o fosse, não seria apropriado narrar uma história a partir de uma visão unilateral dos acontecimentos, já que muitos deles não poderiam ser confirmados por outras fontes. Isso não significa que a linguagem do jornalismo literário não esteja presente, está em muitos trechos ao longo do livro. O que se pretende aqui esclarecer é que não se trata de um romance policial, embora haja momentos que deixe assim transparecer.

O relato jornalístico nu e cru aparece predominantemente, apesar de preservar uma tática extremamente literária: o emprego da primeira pessoa do singular, o que converge com o próprio desenrolar da narrativa em paralelo com o processo de apuração, deixando claro que a estratégia não foi pré-determinada, mas foi se dando com o a experiência e o aprendizado da construção do livro. *De frente com o Tráfico – Uma Conversa com Ravengar* é, na terminologia de Lima (2004), um livro-reportagem-ensaio, aquele em que o autor está presente no texto embutindo nele suas opiniões, impressões e crenças. Evidente, que como previsto, um estilo de escrever iria se tornar mais visível, contudo o livro-reportagem em questão, como qualquer outro, é um produto híbrido que congrega diferentes formas narrativas capazes de suscitem convergentes o jornalismo e a literatura. Por essa razão, há a ausência de qualquer rigor da narrativa, no sentido de seguir um padrão central de descrição literária. Entre as

diversas formas de narração, ainda sob a classificação de Pereira Lima, destaco o livro-reportagem-retrato, aquele que tenta desvendar a complexidade, os problemas e os mecanismos de funcionamento do fenômeno abordado.

No presente livro, o objeto central é a relação do tráfico de drogas e o Estado na Bahia. Foi preciso lançar mão dos métodos e técnicas do jornalismo investigativo para chegar aos fatos e mesmo às notícias que dessem escopo à narrativa do produto. Jornais, depoimentos, testemunhos e documentos foram consultados. As entrevistas quase todas foram gravadas, com exceção daquelas fontes que se negaram a falar diante de um gravador. As histórias que não têm subsídio documental foram confrontadas com outras fontes, em especial aquelas em torno de Raimundo Alves de Souza, quando foi dado ao próprio a possibilidade de negá-las ou confirmá-las. O “ouvir o outro lado”, princípio tão cultivado pelo exercício do jornalismo, foi quase sempre buscado, com exceção do caso de Osmar Torres, por motivos explicados no próprio livro. Raramente, o princípio não foi alcançado.

A apuração das informações foi trabalhosa e instigante. Procurar pistas em registros jornalísticos antigos, revisitar as mesmas fontes que os jornalistas na época consultaram, confrontar as informações e buscar outras fontes ainda não ouvidas ou lidas. Não consegui entrevistar todos aqueles que desejaria. Muitos deles se negaram, outros tantos, não logrei êxito localizá-los. Alguns deles nem puderam ser encontrados, caso das testemunhas do processo contra Raimundo Alves, que estão sob o programa de proteção à testemunha (Provita). Foi um trabalho cansativo e que exigiu atenção e persistência, em especial, quando me debrucei sob os depoimentos e as informações nas mais de duas mil páginas do processo.

O caminho da apuração não foi aleatório. Segui os ensinamentos disponíveis nas obras de alguns dos jornalistas mais experientes e conceituados do jornalismo brasileiro. As fases do garimpo de dados e informações se pautaram no esquema de *Jornalismo Investigativo* (FORTES; 2005): pesquisa, entrevistas, checagem e arquivo. Da leitura do livro supracitado, tirei lições importantes. A paciência e perseverança para chegar às fontes; a desconfiança dos seus respectivos lugares de fala; e a curiosidade para cruzar informações. Uma contribuição inestimável obtive com a leitura de *Instinto de Repórter* (LOBATO; 2005), quando assimilei atalhos importantes na busca pela informação, desde os mais simples, como procurar o advogado da fonte, até outras menos evidentes, como fuçar documentos em juntas comerciais e em cartórios. Outro aprendizado também importante veio do livro *Do Golpe ao Planalto – Uma Vida de Repórter* (KOTSCHO; 2006), talvez o maior de todos: é preciso sentir a história a ser contada com o coração. Aproveitei os ensinamentos para dá passos firmes numa apuração jornalística investigativa. E este caminho me colocou algumas vezes dúvidas severas sobre o êxito da produção do livro.

Inicialmente, porque a pergunta originada de *A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa* (LAGE; 2001) não queria calar. Há fontes e documentos disponíveis para que a apuração vá adiante ao ponto de resultar num material consistente? Foi um começo difícil, mas no percurso as possibilidades foram aparecendo e também as respostas. Em determinado momento, percebi que não era necessário produzir uma peça de denúncia cabal, no sentido pontual, sobre o tema. A sistematização de informações dispersas, que só seria possível a partir de boas pesquisas investigativas, daria a dimensão da relação entre tráfico de drogas e Estado com a profundidade necessária e que seria digna do jornalismo investigativo. Neste estágio de

entendimento, tive a clara convicção que a importância do presente trabalho não era eventualmente ter a natureza de um “furo” jornalístico, mas adentrar pelo tema que abordava para conseguir oferecer ao leitor outras possibilidades de interpretação de um dado objeto.

Haverá certamente quem queira descredibilizar *De frente com o Tráfico – Uma conversa com Ravengar* como fruto de jornalismo investigativo. Mas antes é preciso pensar e refletir sobre o que é realmente esse tal de jornalismo investigativo. Não pouco recorrente circula pelo senso comum, pelo ambiente jornalístico e até mesmo pelo meio acadêmico uma visão simplista deste modo de fazer jornalismo. Não raro, serão encontrados estudiosos das teorias do jornalismo defendendo com afinco que todo jornalismo é investigativo. Isso não deixa de ser verdade e tampouco é um absurdo, mas o que se rotula como jornalismo investigativo enquanto especialidade tem a ver com métodos diferenciados de apuração, que demandam mais tempo e paciência, pelo fato das informações não se apresentarem de forma óbvia e imediata. Portanto, não é a denúncia tampouco o “furo” que caracteriza a natureza investigativa, até porque como bem lembra Fortes (2005) as notícias bombásticas que volta e meia aparecem nas manchetes de jornais e revistas é resultado de pacotes prontos, os conhecidos dossiês, apresentados aos jornalistas por fontes bem informadas que normalmente escondem interesses escusos – econômicos e políticos – em sua divulgação. O jornalista Alberto Dines, inclusive, batizou a prática de “jornalismo fiteiro”.

Este livro trata de um fenômeno didaticamente organizado, mas ainda carente de regras e compreensão geral. A reportagem, de fato, não prescinde de investigação. Mas o jornalismo investigativo é algo mais complexo, trabalhoso e perigoso. Não se assemelha com a rotina natural das redações. Exige talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte (FORTES; 2005).

Não seria imprescindível ao presente trabalho revelar escândalos para que ele assumisse a natureza de um produto do jornalismo investigativo. A sua legitimidade como tal se sustenta na abordagem mais substancial do fenômeno tratado por ele, com uma reunião de informações até então dispersas – muitas não conhecidas ou esquecidas no passado – que permitem uma compreensão mais totalizante do tema. Vale ressaltar que as fontes oficiais e suas versões nem sempre são tratadas como donas da verdade inquestionável e absoluta, pelo menos não em todas suas ramificações. Há versões que a elas se contrapõem e oferecem outra dimensão da narrativa em jogo. O jornalismo investigativo está fortemente presente, não somente pelo resultado apresentado, mas, sobretudo, pelo processo desenvolvido até que fosse possível chegar ao seu desfecho.

A realidade do tráfico de drogas na sua interação com o Estado é o que o livro-reportagem em questão apresenta em suas diversas facetas, e pelo relato jornalístico utilizado, já serve como significativo registro sistematizado do fenômeno que dá sinais também na Bahia de que faz parte do fluxo socioeconômico das sociedades capitalistas dos séculos XX e XXI. A importância do presente trabalho também surge dentro do âmbito acadêmico, tendo em consideração a formação do estudante de jornalismo. A Faculdade de Comunicação da Ufba já conta com grande acervo de monografias que abordam o processo comunicacional e seus produtos sob vários ângulos, e com base em diferentes linhas de pensamento, como as escolas da Semiótica, da Estética, da Teoria Crítica, dos Estudos Culturais, entre outras. São importantes e cumprem seu papel. Mas ao idealizar meu projeto de conclusão de curso fiz a escolha de experimentar em toda a extensão possível a função do repórter, esta atividade profissional jornalística por natureza, pela excelência e para o social.

Ainda sim, o embasamento teórico evocou toda a sua importância ao longo do percurso da produção do livro. O desafio foi maior, pelo entendimento da *práxis* e pela decifração dos códigos. Antes de fazer jornalismo, sob qualquer suporte e extensão, é fundamental ter em vista sua natureza intersubjetiva. É importante deixar de cair nas armadilhas conceituais postas por um conflito dualista entre objetividade e subjetividade. Não é mais razoável investir na construção ou desconstrução do mito da objetividade. O jornalismo não é um conhecimento científico exato, tampouco uma atividade artística por natureza. Seus critérios surgiram na *práxis* e como fundamentos foram normatizados por estudos de uma sociologia do trabalho. Por outro lado, suas regras e lances não são de um jogo puramente criativo, nascido de uma subjetividade distante de uma coletividade. Até porque nem mesmo a arte se pauta de plena liberdade criativa, mas da interação entre o artista e a própria obra que se forma e impõe suas normas, como mostra os conceitos de forma formada e forma formante exposto em *Os Problemas da Estética* (PAREYSON; 1989). O jornalismo tem o compromisso com a verdade e só nela pode existir o que se costumou chamar de imparcialidade, conquistada pela objetividade, mas esta dos métodos de captação (entrevistas, coleta de dados, ouvir versões diferentes, etc.), nunca da percepção de quem irá reproduzir, ou melhor, representar a realidade.

Lembremos que o jornalismo é um conhecimento que nasce do singular, que vai do particular para a totalidade. E por isso se pensa na pirâmide invertida (GENRO FILHO; 1987) como estrutura jornalística que hierarquiza as informações do texto jornalístico. A percepção do que é singular, e, portanto, do que deve estar no *lead*, é construída através de uma subjetividade em conjunto com uma sensibilidade já treinada pela *práxis* inerente ao fazer jornalismo. A intersubjetividade ganha o relevo principal

novamente. No livro-reportagem não podemos falar de *lead*, nem de pirâmide invertida, mas seria engano achar que as escolhas que ganharão maior relevância ou não também não passem pelo olho humano treinado do jornalista. Mesmo no jornalismo literário, com sua linguagem livre dos procedimentos mecanicistas, decisões, recortes, ângulos e perspectivas possuem essa carga sociológica – do humano e do profissional. A intersubjetividade é, portanto, o esteio maior do jornalismo. A linguagem do livro-reportagem evidencia tal característica de maneira eloqüente, porque ao se apropriar das estratégias de narrativa da literatura põe em maior relevo uma subjetividade coletiva, para falar de intersubjetividade de outra forma, com maior força e legitimidade. Se o livro-reportagem nem sempre reatualiza e recoloca os horizontes de possibilidade tal qual uma obra literária (JAUSS, 1994), ele pode oferecer as chaves de entendimento do tempo presente e das projeções para um tempo que está por vir.

O livro-reportagem em questão põe em evidência as formas de interação entre Estado e traficantes para, além de servir como registro sistêmico dos acontecimentos de como e por quem se forjou tal relação, sugerir uma reflexão da natureza deste fenômeno na Bahia. Até que ponto o traficante funciona como peça integrante do sistema?

III. O “ESTADO DO TRÁFICO”

Traficantes de drogas no Brasil ganharam singular “importância” social e política quando a imprensa nacional anunciou o “Estado Paralelo”, respaldada por alguns intelectuais frente aos desmandos de criminosos em grandes cidades brasileiras. A expressão sintetizou as recorrentes investidas de facções criminosas organizadas (todas envolvidas com tráfico de drogas), que, de modo articulado, interrompiam o fluxo normal do cotidiano das pessoas para instaurar pânico e medo. Os líderes das organizações, muitos deles de dentro dos presídios, orquestravam o fechamento do comércio, avenidas, túneis, viadutos e, numa semana histórica, promoveu uma série de ataques em vários pontos de São Paulo, o que literalmente parou a cidade.

Esse poder de mobilização de criminosos, ligados a facções como Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital, instaurado nos morros cariocas e nas periferias paulistas, sobretudo, é o fenômeno que se passou a chamar de “Estado Paralelo”. Em entrevista que me concedeu em 11 de novembro de 2007, o sociólogo Gey Espinheira ponderou a utilização do termo: “No caso de Salvador é exagerado, como acho exagerado no Rio de Janeiro ou em São Paulo”. A expressão parece ter de fato uma conotação hiperbólica, mas presumo que tenha no seu uso um sentido metafórico. É inegável que nas regiões dominadas pelo tráfico de drogas haja em gestação a disseminação de outros valores, calcada em relações de poder próprias. Poderia se falar então de uma aculturação de um modelo de regras sociais por outro. Não se trataria simplesmente das peculiaridades de cada bairro, morro e comunidade, mas de uma mudança dos hábitos e referências, estes muito diversos e distantes de um contexto social ao redor predominante.

É nesse engenho de padrões outros de comportamento que se sustenta e se identifica o poder dos traficantes, líderes das organizações criminosas com suas próprias normas e regras. A força do dinheiro e da violência confere poder ao traficante dentro da comunidade em que este atua. Poder na concepção de Bobbio (2000):

O poder é entendido como algo que se possui: como um objeto ou uma substância (...) que alguém guarda num recipiente. Contudo, não existe poder, se não existe, ao lado de um indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja.

A lei do silêncio é sintomática. Há uma convivência muda e temerosa da população de áreas dominadas pelo tráfico de drogas como pressuposto vital, isto é, a vida é a recompensa de quem obedece às regras do jogo. Não há perdão para quem está do lado da lei. Por outra perspectiva, para além da convivência silenciosa, há em boa parte das comunidades sob o controle de traficantes uma empatia, uma identificação entre comandados e comandantes, fruto de uma gratidão pelos serviços comunitários prestados, como provimento da segurança, incentivo a obras sociais, atendimento médico, escolas, entre outros projetos desenvolvidos com patrocínio do tráfico. Seja exercendo o monopólio da violência ou provendo o bem-estar social local, os traficantes ocupam os espaços que legitimamente e por dever seriam dos agentes e instituições do Estado.

Contudo, o contraponto do “Estado Paralelo” é a ausência do Estado de Direito, na concepção do ente que normatiza, ordena e organiza a vida social. Não há de fato a constituição do que chamei de “Estado do Tráfico”. As representações e instituições do Estado legal permanecem sólidas, ainda que sofram infiltrações corruptivas, caso maior da polícia. É impossível conceber, senão por metáfora, um Estado à parte, porque a

motivação que o define tem origem na existência do próprio Estado legal. Especialmente, porque a idéia do “Estado Paralelo” tem escopo numa das facetas primordiais do crime organizado. Como bem ressaltou Espinheira, é necessário se ter em mente que quando se fala de crime organizado não se deve fazer referência a um ente, uma entidade, quase uma instituição, mas ter a clareza que por detrás do conceito estão na prática grupos de pessoas que se organizam para cometer crimes – de forma perene, hierarquizada, e com fins de obter lucro, segundo a definição jurídica do termo. Tais organizações criminosas, ligadas ao tráfico de drogas, adotam um *modus operandi* similar ao das grandes e tradicionais máfias. Exercem atividades ilícitas e clandestinas, com hierarquia própria, usando de violência e intimidação, para impor a lei do silêncio e dominar certo território, além de se valer da proteção do Estado e instituir com ele e outros entes um sistema de clientelismo (BORGES; 2002). Ora, se o “Estado do Tráfico” contabiliza seu poder maior, sob a forma sistematizada de crime organizado, apropriando-se das estruturas do Estado de Direito, a princípio ele não pode se constituir em ameaça aos pilares deste último.

Em contrapartida, há um evidente aumento do poder bélico dos traficantes, e suas ações em confronto com as forças policiais se tornam mais ousadas. As facções passaram a ser organizações quase paramilitares, patrocinadas pelo contrabando internacional de armas. Já há notícias até de mísseis em mãos de traficantes. Os morros e periferias se tornam fronteiras difíceis de penetração pela polícia. Há disputa de território entre os próprios traficantes, forjada com o poder das armas, além de estratégias e alianças. Mas as articulações de guerrilha se dão em momentos de crise. Os combates não são vantajosos do ponto de vista econômico para os chefes dos morros. Gasta-se muito com armas e munição. A lucratividade dos negócios cai, porque os

tiroteios assustam a clientela. A disputa por novos pontos de drogas chama a atenção da imprensa e, conseqüentemente, implica numa ação da polícia. A “harmonia” com o Estado é mais bem-vinda que o confronto com ele. A tranquilidade nas “bocas” garante o movimento do comércio.

Em outro contexto, dentro dos presídios as grandes rebeliões funcionam para exercer pressão sobre as autoridades, com fins de garantir melhorias nas condições dos presos, muitas delas regalias, e para exigir que líderes sejam transferidos sob critérios das próprias facções. Embora já se tenha indícios da união do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital para a construção da Federação do Crime (AMORIM; 2007), e da aproximação das duas facções com as Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc), não existe uma organização política representativa destas organizações criminosas com o fim claro de tomar o poder do Estado de Direito, tampouco de subverter a ordem vigente. O “Estado Paralelo” de traficantes nos morros do Rio e nos bairros periféricos de São Paulo pode ser visto melhor como conjunto de empresas do crime, e seu fim último é o lucro, não o poder político. Elas se movem na clandestinidade, mais uma evidência inegável de que estão à margem e não no centro da política. Em contraste, grandes máfias do narcotráfico internacional também podem ter seus lobistas, dentro do Congresso Nacional, aos moldes do que aconteceu durante muitos anos na Itália. Significa que o poder político do crime organizado – possível pelo poder econômico - emana de dentro da estrutura do Estado já consolidado e dele depende, além de está sujeito aos mecanismos de repressão do mesmo.

O poder político das facções, portanto, não tem legitimidade, não só porque a sociedade não o reconhece, mas porque elas não têm como exercê-lo de forma

autônoma para além das fronteiras do mundo do crime. Sua maior influência política se dá na microfísica do poder (FOUCAULT; 1979), construída nas relações de valores próprios cultivados em áreas específicas, onde seu domínio só é possível pela ausência do Estado, sendo que sua manutenção é vulnerável ao exercício de poder deste último. O aprendizado que líderes do CV obtiveram de presos políticos na Ilha Grande resultou na organização do crime que vemos hoje. Mas sua natureza política é uma versão revolucionária pálida da guerrilha urbana das décadas de 60 e 70. Entre os códigos de honra e as postulações ideológicas vistos nos estatutos das facções não há qualquer menção de luta contra o regime político (AMORIM; 2007). A sua causa é interna, a revolução proclamada será dentro das prisões para evitar massacres e abusos. O discurso contra as “injustiças e tiranias” das autoridades ecoa no vazio, porque parte de um lugar de fala inexpressivo politicamente. Talvez seu objetivo nem seja esse mesmo, mas apenas manter a unidade da organização como garantia do bom andamento dos negócios, isto é, o fim é quase puramente econômico.

Fora dos presídios, os traficantes nos morros e nas periferias assumem o papel de líder comunitário e assim passam a regular a vida social das comunidades. Seu poder ali é autocrático, tirânico e suicida. Não é fruto de delegação ou nomeação pela população local; é usurpado pela força, forjado pela violência, se impõe não se constitui. A palavra do chefe do morro é ordem e lei, não pode ser contestada. Mesmo os traficantes que fazem a política de boa vizinhança não abrem mão da força das armas para reafirmar seu poder local. E por tudo isso, seu poder é suicida porque se aproxima da destruição à medida que cresce: passa a ser o alvo predileto da concorrência, dos desafetos dentro da própria comunidade e da polícia. Não é à toa que traficantes morrem em média sem completar 30 anos de idade.

O traficante, sobretudo aquele sob a tutela do crime organizado, não é agente da luta contra as desigualdades sociais, não tem no seu horizonte outra sociedade, porque nele não há um projeto político. Não pode ser visto como reação das massas a um sistema excludente e perverso, aos moldes dos movimentos sociais como Sem-Terra e Sem-Teto. O tráfico de drogas é uma grande engrenagem do sistema econômico em vigor, o capitalismo. Sua economia gera bilhões de dólares anualmente, portanto um mercado que não pode ser desconsiderado (COYLE; 2003). E o traficante é um servidor espúrio dessa engrenagem, uma peça descartável de uma “entidade” internacional poderosa, que lucra alto com a clandestinidade de sua atividade e se vale das instituições legais democráticas dos Estados de Direito para ganhar maior penetração. Mas seu propósito não é colocar todo esse aparato em risco ou em desuso.

A ameaça que tal “entidade” representa não é como subversão de regimes políticos, tampouco a destruição de Estados democráticos; é sim o uso silencioso das ferramentas deste Estado e se valer da insuficiência do mesmo em orientar a política para prover distribuição de renda e igualdade social. Nesta brecha, ela captura seus asseclas intermináveis e forma “exércitos” politicamente acéfalos. Financia ao mesmo tempo a ascensão (dinheiro) e o declínio (morte) e dificulta assim a mudança social nas bases, aquela possível pelas classes humildes, sob o regime da escassez, como há pouco soube que Milton Santos postulou.

O crime organizado não tem natureza política e nem religiosa, ele ultrapassa todas as fronteiras, não importa raça, crença, nacionalidade. O fim último é o lucro. O narcotráfico internacional se organiza e se move pela lógica mercadológica. O grande objetivo é chegar aos grandes centros de consumo, como os Estados Unidos, o maior

mercado consumidor de drogas do mundo. Da cocaína que chega ao Brasil, boa parte tem destino aos EUA e à Europa. Uma pequena parcela abastece o mercado interno mais significativo, nas regiões sul e sudeste, e uma quantia ainda menor parte destes centros para o nordeste. A Bahia, portanto, não está entre os principais centros consumidores.

As organizações do narcotráfico internacional aportam no Estado, sobretudo em Salvador, para realizar o escoamento da mercadoria dos grandes centros, já que a Bahia é considerada um ponto estratégico da rota do tráfico transnacional. Não há notícias de traficantes locais ligados diretamente à rede do narcotráfico, com exceção do colombiano Gustavo Bautista, recentemente descoberto pela polícia. De forma sistemática, ainda não se pode visualizar então estabelecida na Bahia a existência do crime organizado para tráfico de drogas, não pelo menos como extensão de uma grande rede criminosa. A relação promíscua entre traficantes e Estado, no entanto, sempre esteve presente, pelo menos desde a década de 70.

Nos dias que correm, o fenômeno do tráfico de drogas assumiu outras características na Bahia, especialmente em Salvador. Como afirmou o professor Gey Espinheira:

O que eu vejo em Salvador é uma situação mais difusa. Eu tenho trabalhado muito nos bairros populares de Salvador, subúrbio ferroviário, atualmente estou em Mata Escura, e nesses lugares a gente não tem percebido o que costuma chamar de crime organizado. O que na verdade a gente tem observado, para usar aqui uma expressão que outro dia o professor Costa Gomes utilizou no jornal, é um Estado desorganizado.

O tráfico de drogas realmente se expandiu pela capital baiana. O caso de Raimundo Alves de Souza talvez tenha sido o último no qual foi estabelecida uma

relação “harmoniosa” entre traficante e Estado. Em outras palavras, a criminalidade ligada ao tráfico de drogas não se organiza nas ruas da cidade, como foi organizado no Morro do Águia, tentando estabelecer uma normalidade para permanência tranqüila da atividade ilícita, só possível com a indiferença, negligência ou conivência do Estado. O que passou a acontecer como novo fenômeno, é que a ausência deste Estado, ineficaz na solução das necessidades sociais, permitiu agora um conflito constante no exercício do tráfico. Por isso as notícias do crescente número de mortes ligado a disputas por pontos de distribuição, por dívidas não pagas e por mercadoria.

Mas essas ações, mesmo que se possa falar de lideranças do crime como Pitty, ainda são predominantemente pontuais, sem hora ou lugar pré-determinados; não são lances estratégicos de guerra, profundamente analisados e estudados para ocupar espaços. É muito mais resultado de uma alternativa mais lucrativa de ganhar a vida que nutre valores da barbárie. É sinal evidente da violência urbana sem controle como característica inerente às grandes cidades brasileiras. Claro que há um tráfico de drogas silencioso promovido por agentes de classes sociais mais privilegiadas, que não resulta em massacres e que é exercido com mais astúcia e discrição. Eles não estão na linha de frente, entretanto. Os pequenos deles podem vender a mercadoria em apartamentos de luxo para uma clientela menor, não é um mercado aberto. Os maiores são os grandes fornecedores que, segundo a polícia, não se encontram pelo Estado. Normalmente as autoridades não conseguem localizá-los. Portanto, estamos sempre de frente com a ponta do problema, que cresce de forma perigosa.

Não obstante, esta ponta, isto é, a difusão da violência sem controle, aumenta em paralelo às primeiras tentativas de se instaurar comandos centrais. As notícias de

integrantes das facções criminosas do sudeste do País refletem tal tendência, mesmo que ainda, muitas vezes, sejam usadas apenas como referências por presos locais. Significa que há uma disseminação da percepção de ações organizadas, difundida pelos presídios e deles para as ruas. Começam a ter mais força as ordens de lideranças de dentro da prisão para seus companheiros em liberdade. A organização já vista antes no Estado com os assaltantes de bancos, freqüentes em cidades do interior, dá os primeiros passos no mundo do tráfico de drogas. São passadas por enquanto incipientes, pouco representativas frente à ação difusa, individual que predomina na capital, mas tampouco podem ser desprezadas, a ter em consideração a dimensão que o fenômeno alcançou em São Paulo e no Rio de Janeiro.

IV. REFLEXÕES

Para entendimento primordial entre a relação entre tráfico de drogas e Estado é necessário enxergar que a idéia de crime organizado não tem uma correspondência necessária com o conceito de “Estado Paralelo”. A expressão, válida apenas se compreendida como metáfora, pode ser empregada apenas num recorte muito específico, no qual facções criminosas criaram uma tábua de regras e normas de comportamento e protagonizaram ações que, a princípio, negam o Estado legal. Esta perspectiva ainda sim não é de todo verdadeira, porque esse mesmo crime organizado não constituiu instituições independentes do Estado de Direito e seus movimentos não estão isentos do poder repressor e vigilante deste último.

Por outro lado, é possível se falar de crime organizado sem que haja a presença de outras regras sociais, por organizações criminosas voltadas para o lucro, o que, ressalte-se, é um dos aspectos fundamentais que o define. Por último, o crime organizado para o tráfico de drogas tem ainda estabelecido uma relação de promiscuidade com agentes públicos, o que reforça a sua dependência normal e institucional para com o Estado. Na Bahia, este último fenômeno sempre foi presente e ainda persiste, apesar de ter perdido força nos últimos anos e se reconfigurado com maior expressão como conflito, não mais como convivência, seja sob a forma ainda incipiente de organizações criminosas combatentes, seja como reflexo, bastante significativo, de uma criminalidade extensiva e difusa.

O livro *De Frente com o Tráfico – Uma conversa com Ravengar* pretende mostrar essa percepção do fenômeno na Bahia por meio da narrativa jornalística dos

fatos. A tarefa não foi fácil, e nem plenamente cumprida pela complexidade do problema em questão. Postou-se como um desafio para o uso das potencialidades das linguagens jornalística e literária, e, sobretudo, para a apropriação devida dos métodos do jornalismo investigativo. Deixou, por isso, lições importantes.

O conhecimento profundo do tema a ser tratado não se sustenta em postulações meramente teóricas. É só com a pesquisa de campo que se terá o conteúdo de base para um produto desta natureza. O jornalismo, nessa perspectiva, ganha cada vez mais importância na representação da realidade, por contar com um leque de recursos e meios técnicos capazes de preencher os vazios de compreensão da atualidade deixados pelo tempo que a ciência e a filosofia precisam para conceder à sociedade seus significados. Mas o próprio jornalismo também necessita de um tempo de maturação, para que funcione sem precipitações como intérprete do momento social e político, evitando distorções abruptas e exageros irreparáveis. É aí que entra a importância crucial do papel desempenhado pelo jornalismo investigativo, e do livro-reportagem, o que por excelência é resultado de seu desenvolvimento.

Em conjunto com a linguagem literária este produto chega a sua maior expressão, pela possibilidade de envolver o leitor e, assim, fornecer as chaves de entendimento do tema, enredo e momento histórico abordados no livro. É a oportunidade de convivência e de troca de experiência entre uma realidade e espectadores, muitos dos quais que ignoravam ângulos, versões e outras perspectivas do mesmo recorte. O mesmo efeito surge, mas com maior intensidade, para o jornalista envolvido com a produção do livro, pelos nós de entendimento a ser desatados, com a escolha apropriada dos mecanismos e sutilezas para chegar ao desvendamento e à

descoberta. Na condição de estudante de Jornalismo, tal experiência não poderia ser mais rica, seja para construção de uma auto-imagem profissional, seja para o processo de constituição de uma visão de mundo mais ampla e compreensiva.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Carlos. **CV_PCC: A Irmandade do Crime**. 8ª. ed. Rio de Janeiro, Record, 2007. 476p.

BARCELLOS, Caco. **Abusado – O Dono do Morro Dona Marta**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003. 557p.

BASTOS NETO, Osvaldo. **Introdução à segurança pública como segurança social: uma hermenêutica do crime**. Salvador, 2006. 288p.

BECKER, Howard, S. **Estudos de praticantes de crimes e delitos**; In: Métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Ed. Hucitec, 1994, p.153-178.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. Verbetes: Poder, p. 933-942.

BORGES, Paulo César Corrêa. **O Crime Organizado**. São Paulo: Ed. Unesp. 2002. p. 15-33.

BOVERO, Michelangelo. **Contra o Governo dos Piores – Uma gramática da democracia**. Trad. Daniela Beccacia Versiani. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

CÓDIGO PENAL: Brasil; 10ª ed - Saraiva, 2004. - (Legislação Brasileira).

COYLE, Diane. **Sexo, Drogas e Economia: Uma introdução à economia do século 21**. Trad. Melissa Kassner – São Paulo: Futura, 2003. p. 19 - 61.

FIGUEREIDO, Lucas. **Morcegos Negros – PC Farias, Collor, máfias e a história que o Brasil não conheceu**. São Paulo: Ed. Record, 2000. 418p.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. 125p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1987. 230p.

KOTSCHO, Ricardo. **Do Golpe ao Planalto - Uma vida de repórter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 334p.

LAGE, N. L. **A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa**. 1ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa, 2001. v. 1. 190 p.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**. São Paulo, Unicamp, 1995. 371p.

LOBATO, Elvira. **Instinto de Repórter**. São Paulo: Publifolha, 2005. 288p.

OLIVEIRA, Adriano. **Crime organizado: é possível definir?** Disponível em:
<http://www.espacoacademico.com.br/034/34coliveira.htm>

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização – Do pensamento único a uma consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

ZIEGLER, Jean. **Os senhores do crime: as novas máfias contra a democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2003.